



*Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos*

CADERNO DE ENCARGOS

***Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos***

ÍNDICE

PARTE I.....	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a - Prazo.....	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	4
SECCÃO I - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICATÁRIA.....	4
SUBSECCÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Cláusula 4. ^a - Obrigações principais da entidade adjudicatária.....	4
Cláusula 5. ^a - Forma da Prestação de Serviços.....	5
Cláusula 6. ^a - Prazo de Prestação dos Serviços.....	6
SUBSECCÃO II - DEVER DE SIGILO.....	7
Cláusula 7. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	7
Cláusula 8. ^a - Prazo do dever de sigilo.....	7
Cláusula 9. ^a - Preço base.....	7
Cláusula 10. ^a - Preço contratual.....	8
Cláusula 11. ^a - Revisão de preços.....	8
Cláusula 12. ^a - Condições de pagamento.....	8
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO.....	9
Cláusula 13. ^a - Penalidades contratuais.....	9
Cláusula 14. ^a - Força maior.....	9
Cláusula 15. ^a - Extinção do contrato.....	11
CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS.....	11
Cláusula 16. ^a - Caução.....	11
Cláusula 17. ^a - Seguros.....	11
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	11
Cláusula 18. ^a - Foro competente.....	11
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	12
Cláusula 19. ^a - Gestor do contrato.....	12
Cláusula 20. ^a - Proteção de dados.....	12
Cláusula 21. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual.....	13
Cláusula 22. ^a - Comunicações e notificações.....	13
Cláusula 23. ^a - Contagem dos prazos.....	13
Cláusula 24. ^a - Legislação aplicável.....	13
PARTE II.....	14
CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS ESSENCIAIS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	14
Cláusula 25. ^a - Aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência.....	14

***Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos***

PARTE I

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a ***Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos***, a efetuar em conformidade com:

- a) Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos do Processo de Concurso;
- c) As normas técnicas, profissionais e deontológicas inerentes à atividade.

Cláusula 2.^a - Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela entidade adjudicatária.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo

***Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos***

com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pela entidade adjudicatária nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - As normas constantes do Código dos Contratos Públicos relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes, nos termos do disposto no artigo 51.º do citado diploma legal.

Cláusula 3.ª - Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II - Obrigações Contratuais

Secção I - Obrigações da Entidade Adjudicatária

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais da entidade adjudicatária

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações principais:

- a) Assegurar a prestação dos serviços, pelo preço mensal indicado na proposta adjudicada;
- b) Disponibilidade imediata para iniciar as atividades relativas à execução do contrato;

2 - A título acessório, a entidade adjudicatária fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

***Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos***

Cláusula 5.ª - Forma da prestação de serviços

1 - A prestação de serviços objeto do contrato destina-se aos alunos (Pré-escolar, 1.º, 2.º 3.º Ciclo e Secundário), professores, funcionários, pais e encarregados de educação, ou outros profissionais que trabalhem em parceria com a escola, e que necessitem de algum esclarecimento ou acompanhamento numa das seguintes áreas:

a) Apoio psicopedagógico a professores e alunos

A entidade adjudicatária colabora na avaliação especializada de situações de alunos com alguma dificuldade ou de aprendizagem ou de adaptação às tarefas escolares, analisando e propondo estratégias educativas e fazendo um acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem. Pode ainda propor o encaminhamento de alunos com necessidades especiais para modalidades adequadas de resposta educativa;

b) Acompanhamento Psicológico

Os alunos com alguma dificuldade ao nível emocional, como dificuldades de integração social, baixa autoestima, apatia, estados depressivos, ansiedade e stress, entre outros, poderão também recorrer ao apoio destes serviços, devendo a entidade adjudicatária proceder à sua análise e acompanhamento clínico ou encaminhamento para outro serviço, caso se justifique;

c) Orientação escolar, vocacional e profissional

Este serviço destina-se sobretudo aos alunos do 9.º ano de escolaridade e secundário, que se encontrem em momento de fazer escolhas. A orientação escolar poderá consistir em sessões preparadas para as turmas, mas também está aberta a todos os alunos que se dirijam a este serviço para um atendimento individual ou em pequeno grupo. Está ainda aberta aos pedidos dos encarregados de educação e professores para qualquer esclarecimento sobre estas questões, podendo ser realizadas ações de informação escolar e profissional.

***Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos***

d) Apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade educativa

O serviço de psicologia e orientação (SPO) poderá ainda fazer a ponte com outros organismos da comunidade (saúde, ação social, organismos ligados à formação profissional, empresas, outras escolas, etc.), no sentido de promover uma integração e desenvolvimento plenos dos alunos da escola. Colaborar em todas as ações comunitárias destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, o abandono precoce e o abandono sistemático.

2 - A presente prestação de serviços deverá ser prestada no Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos e sempre que se verifique necessidade, nas restantes instalações do mesmo.

3 - Para acompanhamento da execução do contrato, a entidade adjudicatária fica obrigada a manter, sempre que se revele necessário reuniões de coordenação com o representante do Município, na pessoa da Dr.ª Ana Sofia Godinho, ou em substituição com a Dr.ª Svetlana Barradas.

4 - No final da execução do contrato, a entidade adjudicatária deve elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridas ao longo da vigência do contrato.

Cláusula 6.ª - Prazo de prestação dos serviços

1 - A entidade adjudicatária obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato, com todos os elementos referidos no presente caderno de encargos, pelo prazo de **11 (onze) meses**, após assinatura do respetivo contrato e publicação no portal dos contratos públicos, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato

2 - O presente contrato terminará quando se verificar uma das seguintes situações:

- a) Termo do prazo;
- b) Celebração de Acordo de Revogação entre as Partes.

*Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos*

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 7.ª - Objeto do dever de sigilo

- 1 - A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade adjudicatária ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 9.ª - Preço base

- 1 - **O preço base**, montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar é de 15.400,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se for legalmente devido.

***Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos***

2 - Nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base, foi definido de acordo com informação do Serviço Requisitante, tendo em conta o valor hora de uma consulta num consultório privado que resulta de 40,00€ a 50,00€/hora, vezes consulta uma vez por semana, vezes 20 crianças, totalizando a quantia de 3.200,00€. Neste pressuposto o Serviço Requisitante propõe o valor de 1.400,00€/mês apurado da seguinte forma: 1.200,00€ (15,00€/hora, vezes consulta uma vez por semana, vezes 20 alunos) + 200,00€ (horas indiretas para preparação de sessões e reuniões).

3 - Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, é excluída a proposta que apresente preço contratual superior ao preço base.

Cláusula 10.ª - Preço contratual

1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar à entidade adjudicatária **o valor da proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 11.ª - Revisão de Preços

O presente contrato não será alvo de atualizações de preços ao longo da sua vigência.

Cláusula 12.ª - Condições de pagamento

1 - Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

***Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos***

2 -O preço da prestação dos serviços, objeto do presente procedimento será pago mensalmente.

3 - As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais serão emitidas periodicamente, após o vencimento das obrigações respetivas, devendo estas fazer referência ao **número de contrato e de compromisso**.

4 - Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novo documento corrigido.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 13.^a - Penalidades contratuais

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável à entidade adjudicatária, pode ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$P = V * A/500$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor total da prestação de serviços e A é o número de dias em atraso.

Cláusula 14.^a - Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades à entidade adjudicatária, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

***Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos***

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela entidade adjudicatária de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

***Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos***

Cláusula 15.ª - Extinção do contrato

- 1 - O direito de extinguir o contrato poderá ser exercido por ambas as partes, nos termos previstos no Capítulo VIII do Título I da Parte III do CCP.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo, quando houver atraso no fornecimento, por um período superior a 15 dias úteis.

Capítulo IV - Caução e Seguros

Cláusula 16.ª - Caução

Considera-se que, face ao valor, o preço contratual ser inferior a 200.000€, não irá ser exigida caução nem deve proceder-se à retenção nos pagamentos, prevista no n.º 3 artigo 88.º do CCP.

Cláusula 17.ª - Seguros

- 1 - É da responsabilidade da entidade adjudicatária a cobertura através de contrato de seguros, dos seguintes riscos:
 - a) Seguro de acidentes de trabalho;
 - b) Outros exigidos por lei para o desempenho das atividades objeto do contrato.
- 2 - A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo a entidade adjudicatária fornecê-la no prazo de 5 dias úteis.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 18.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

***Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos***

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 19.ª – Gestor do Contrato

- 1 - O contraente público designa como gestor do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, a Dr.ª Ana Sofia Godinho, e nas suas faltas e impedimentos a Dr.ª Svetlana Morozan Barradas com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.
- 2 - O adjudicatário está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.
- 3 - Caso se verifiquem situações anómalas com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Cláusula 20.ª - Proteção de Dados

- 1 - O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando ***“o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.***
- 2 - Sempre que sejam remetidos dados pessoais, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.
- 3 - Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, **com exceção** das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das **informações respeitantes a dados pessoais.**

***Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos***

Cláusula 21.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.ª - Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.ª - Legislação aplicável

- 1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime consagrado no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.
- 2 - Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º-A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

***Prestação de Serviços de Psicologia no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) no
Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos***

PARTE II

Cláusulas relativas aos aspetos Essenciais da execução do contrato

Cláusula 25.^a - Aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência

Sem prejuízo dos limites resultantes das vinculações legais ou regulamentares aplicáveis, são aqui fixados, para cada um dos aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, **os limites máximos** a que a proposta está vinculada, determinando-se, consequentemente, a exclusão da mesma cujos **termos ou condições** o ultrapasse.

a) Preço base:

Limite máximo – **15.400,00€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

b) Preço mensal:

Limite máximo- **1.400,00€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

c) Prazo execução dos serviços

Limite máximo: **11 meses**

d) Todos os restantes aspetos constantes do caderno de encargos não contemplados na cláusula 25.^a.